

Bloco

Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

Vasco Valente
Lopes

Por Vila Real

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

Candidatura do Bloco
por Vila Real → PÁG.4

 PALESTINA LIVRE
FIM AO GENOCÍDIO

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnica.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pelo distrito de Vila Real



Vasco Valente Lopes
40 anos, enólogo



Anabela Oliveira
60 anos, professora universitária (independente)



Mário Gonçalves
51 anos, psicólogo



Marcelina Miranda Chaves
36 anos, designer



Luís Pereira
42 anos, arqueólogo (independente)



Sofia Medeiros Cortes
20 anos, estudante



José Luís Rodrigues
51 anos, electricista



Ana Sofia Gomes
40 anos, inspetora tributária



Rui Santos
50 anos, maquinista CP



Maria Regina Severo
67 anos, médica reformada



MANDATÁRIA
Catarina Peniche
44 anos, psicóloga

Fazer o que nunca foi feito



A sucessiva e exclusiva eleição de deputados do PS e do PSD pelo distrito de Vila Real, além de minar a pluralidade democrática, tem deixado o distrito refém de decisões que são maioritariamente desfasadas da realidade e que não servem os nossos interesses. É preciso legislar e decidir em prol das pessoas e do meio ambiente e não dos lucros da elite económica.

Décadas de decisões erradas levaram a que sejamos a região do país com o maior índice de pobreza energética, ao mesmo tempo que produzimos quase metade da energia hidroelétrica do país. Decisões erradas levaram a que, também aqui, num território de baixa densidade, se sinta a crise da habitação. Decisões erradas trouxeram-nos ao estado caótico da saúde. Decisões erradas trouxeram-nos ao maior nível de desigualdade social de que há memória e à conseqüente desertificação, que põe em causa a sustentabilidade dos dois maiores motores económicos da região – a agricultura e o turismo. Decisões erradas levaram ao fecho da ferrovia e ao fim das autoestradas Sem Custos para os Utilizadores.

Somos capazes de, como sociedade, nos organizarmos e de fazermos muito melhor. Mas é difícil para os deputados do PS e do PSD darem prioridade às pessoas e à região, quando esses partidos são financiados pela elite económica. Um Bloco de Esquerda forte no parlamento é a garantia de que a direita não formará governo e o compromisso de uma maioria que traga soluções.

São quatro as nossas prioridades para o distrito.

HABITAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

O desinvestimento nos serviços públicos é a norma dos partidos que nos têm governado. Mais habitação pública, a longo prazo, e controlo das rendas, a curto e médio prazo, são medidas basilares. O fecho de valências nos hospitais de Vila Real e Chaves, é um sintoma do mesmo desinvestimento. O Bloco propõe mais investimento e mais autonomia na contratação de profissionais. O mesmo para a educação, cultura e desporto. Serviços públicos fortes são a base de uma comunidade próspera e saudável.

AS PESSOAS (DÉFICE DEMOGRÁFICO)

Contrariar a desertificação, atrair pessoas e empresas é a base da sustentabilidade da região. O Bloco propõe: investimento na economia circular; benefícios fiscais para atuais e novos residentes; investimento nos serviços públicos e no acesso à cultura; fim das portagens nas ex-scut e regionalização.

OS RECURSOS NATURAIS (EXTRATIVISMO – MINAS E BARRAGENS)

A indústria extrativa deve ter como prioridade o bem estar das populações locais. Devemos, por isso, regular o mercado da energia – a população da região deve ter acesso a energia mais barata, através da redução do IVA da eletricidade e da partilha de lucros e pagamento do IMI das barragens por parte das energéticas.

É necessário impedir a prospeção e extração de lítio no Barroso, pois põem em causa a sustentabilidade ambiental e a saúde das populações. Os interesses da EDP, da Engie ou da Savannah não podem estar à frente do interesse das populações locais.

A ECONOMIA (SALÁRIOS, AGRICULTURA E TURISMO SUSTENTÁVEIS)

A agricultura e o turismo são os principais motores económicos da região. A agricultura intensiva e o afunilamento do turismo nos grandes operadores não é sustentável e destrói as comunidades. As políticas de baixos salários minam o poder de compra e deixam o comércio local refém do turismo. O Bloco defende a valorizar os salários, reduzir a assimetria interior-litoral, investir na diversificação das culturas, no reordenamento florestal e apoiar os pequenos e médios produtores – a nova Casa do Douro será essencial na proteção da identidade duriense. O Bloco defende o fomento de novas redes de turismo que tenham um impacto positivo no comércio local e no combate às alterações climáticas. A ferrovia deve ter um papel fundamental nesta mudança.



Conhece o nosso programa em ↙

programa2024.bloco.org

Esquerda de confiança

Recebe as novidades do Bloco ↘

